

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 08-5-2019.

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Comissário Rafão Oliveira, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Felipe Camozzato, Fernanda Jardim, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Resolução nº 005/19 (Processo nº 0099/19), de autoria de Márcio Bins Ely. Foi apregoado o Processo SEI nº 036.00022/2019-62, de autoria de Moisés Barboza, informando, nos termos do artigo 227, § 6º, do Regimento, sua participação, do dia seis ao dia oito de maio do corrente, em audiências com o deputado federal Maurício Dziedricki, em Brasília – DF. A seguir, a Presidente informou que Moisés Barboza exerceu a vereança do dia vinte e nove de abril ao dia quatro de maio do corrente em substituição a Mônica Leal, licenciada para exercer o cargo de Prefeita, em substituição, e passou a exercer a vereança a partir do dia cinco de maio do corrente em substituição a Ramiro Rosário, licenciado a partir do dia trinta de abril do corrente a fim de exercer o cargo de Secretário Municipal de Serviços Urbanos. Em continuidade, em face de Licença para Tratar de Interesses Particulares de Ricardo Gomes do dia sete ao dia doze de maio do corrente, a Presidente declarou empossada na vereança, em substituição, do dia oito ao dia doze de maio do corrente, Fernanda Jardim, após a entrega de seu diploma e declaração de bens, bem como a indicação do nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, informando-a que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na oportunidade, foi apregoada Declaração firmada por Ricardo Gomes, Líder da Bancada do PP, comunicando o impedimento do suplente Matheus Ayres em assumir a vereança do dia sete ao dia dezesseis de maio do corrente. Após, a Presidente concedeu a palavra a Fernanda Jardim, que se pronunciou nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Marcelo Sgarbossa, Roberto Robaina, Cláudio Janta, Prof. Alex Fraga e Mauro Pinheiro. Foi apregoado o Processo SEI nº 152.00033/2019-15, de autoria de Karen Santos, informando, nos termos do artigo 227, § 6º, do Regimento, sua participação, no dia nove de maio do corrente, em plenária regional em defesa da Previdência pública, em Osório – RS. Em prosseguimento, foi realizada a chamada para ingresso na Ordem do Dia, constatando-se a inexistência de quórum deliberativo. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 149/18 e o Projeto de Resolução nº 008/19; em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 037/17 e os Projetos de Lei do

Legislativo nºs 183/18 e 026 e 044/19. Durante a sessão, André Carús manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e sete minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mendes Ribeiro e Mônica Leal e secretariados por Mendes Ribeiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra.

VER. ANDRÉ CARÚS (MDB) (Requerimento): Boa tarde, Sra. Presidente, quero fazer um requerimento à Mesa para que nós tenhamos a adesão da Câmara Municipal à Campanha Maio Amarelo, que foi lançada ontem no Paço Municipal, pela EPTC. É uma campanha de conscientização pela redução de acidentes e mortalidade no trânsito. Para que esta campanha tenha uma participação efetiva do Poder Legislativo, que nós tenhamos algumas atividades alusivas não só ao nosso público interno, mas também abertas à comunidade. Essas são as propostas deste requerimento que encaminho à Mesa para que seja acolhido. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Carús. Feito o registro.

Informo que o suplente Ver. Moisés Barboza exerceu a vereança do dia 29 de abril ao dia 4 de abril de 2019, em substituição à Ver.^a Mônica Leal, licenciada para exercer o cargo de Prefeita Municipal de Porto Alegre; e passou a exercer a vereança a partir do dia 5 de maio de 2019, em substituição ao Ver. Ramiro Rosário, licenciado a partir do dia 30 de abril de 2019, a fim de exercer o cargo de secretário municipal da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Em função da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Ricardo Gomes, no período de 7 a 12 de maio de 2019, a suplente Fernanda Jardim, em função da impossibilidade de o suplente Matheus Ayres assumir a vereança, assumirá a vereança, no período de 8 a 12 de maio de 2019. Solicito a suplente Fernanda Jardim que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Fernanda Jardim prestará a seguir.

SUPLENTE FERNANDA JARDIM (PP): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro empossada a Ver.^a Fernanda Jardim. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Fernanda Jardim; V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça.

A Ver.^a Fernanda Jardim está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA FERNANDA JARDIM (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, gostaria de cumprimentar os vereadores do meu partido, Partido Progressista – Ver. Nedel, Ver. Cassiá, Ver.^a Mônica e Ver. Ricardo Gomes, que não está presente; aproveito para agradecer ao Ver. Ricardo a oportunidade de estar aqui. Gostaria de saudar o público que se encontra nas galerias desta Casa, meus amigos, meus eleitores, meus familiares, meus pais, meus sogros, pessoas que foram muito importantes na minha campanha – muito obrigada pelos 3.756 votos, quase 4 mil votos de confiança; pessoas que acreditaram em mim, acreditaram no meu trabalho e confiaram que tem como fazer um excelente mandato. Essa conquista é nossa, eu já falei isso e repito, essa conquista é nossa. Quero agradecer ao Ver. Moisés Barboza que, mais uma vez, se prontificou e me deu a oportunidade de estar aqui, de assumir como vereadora. Sei que o Ver. Moisés Barboza não está presente, mas agradeço ao vereador pela insistência, pela grandeza, pela generosidade e pela parceria de sempre. Por fim, quero agradecer ao meu marido, Kevin Krieger, que já foi vereador desta Casa. Kevin, obrigada pela motivação, pelo constante incentivo e por ser essa referência para mim de homem e de político justo e honrado. Obrigada. (Palmas.)

É uma hora muito grande estar aqui hoje, principalmente porque, cada vez mais, se discute a importância da mulher na política. Eu acredito muito na força da mulher, na força desta pessoa que quer fazer a diferença e não precisa de cotas para isso. Eu acredito nessa busca, nessa luta constante de espaços de poder, de tomada de decisão. Aqui nesta casa, por exemplo, nós temos trinta e seis vereadores e apenas quatro mulheres. Por que será que nós, mulheres, estamos sempre tão afastadas da política? Quando eu falo de política, não me refiro apenas à política partidária, mas como militante na busca pelos nossos espaços. Talvez, para nós, mulheres, conquistarmos esses espaços, nós precisamos de muita dedicação, nós precisamos ter perseverança, participação e, principalmente, coragem, Ver. Mônica, para enfrentar tantas adversidades sem perder a nossa essência, sem perder os nossos valores. Para nós, mulheres, ocuparmos esses espaços precisamos de muita determinação, porque, como eu já disse, não é fácil. Nós temos de ter vocação ou então temos que descobrir isso pelo caminho: ou nascemos com vocação, ou descobrimos essa vocação pelo caminho. E não é só isso, nós temos que querer seguir esse caminho, porque também não é fácil conciliar filho, família, casa, lazer, vida social, vida pessoal com a carga pesada do parlamento. Mas, eu sempre digo, e repito aqui: a política é o principal meio de transformação e de mudança, e todos nós, homens e mulheres, vereadores desta Casa, temos o compromisso, o dever, a obrigação de legislar com ética, com ação e com muito coração. Obrigada, presidente. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Seja bem-vinda, Ver.^a Fernanda Jardim. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Uma boa tarde a todos e todas. Falo aqui em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores e confesso, talvez por não conseguir acompanhar a dinâmica da Câmara, que não sabíamos que a Ver.^a Fernanda assumiria nesta tarde. Trago aqui nossos cumprimentos. Talvez seja coincidência, embora algumas pessoas digam que não existem coincidências, que nós estamos para votar hoje, está ali como primeiro projeto – mas foi combinado, na reunião de líderes, que começaríamos por um projeto ligado à operação inverno –, um projeto ligado à área da saúde, e o segundo projeto a ser votado nesta tarde é justamente aquele que cria um Fundo Municipal dos Direitos da Mulher. A Ver.^a Fernanda falou aqui dessa necessidade, dessa utilidade, ou seja, esse conceito de democracia mais completa, a partir do momento em que as mulheres ocupam espaços de poder, que é o que está acontecendo nesta tarde, e por isso a parabenizamos. Vejo aqui as galerias com praticamente 90% de mulheres, mulheres ligadas à área da saúde, mulheres que acompanham e são apoiadoras da Ver.^a Fernanda, então é uma tarde muito especial, porque, assim como temos fundos específicos que tratam de políticas específicas – estou aqui lembrando do Fundo Municipal de Defesa Civil, apresentado pelo Ver. Pablo Mendes Ribeiro, aprovado nesta Casa, sancionado, e hoje é lei – temos a oportunidade de aprovar, nesta tarde, talvez em meia hora ou um pouco mais... Aqui estão as mulheres do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher com os cartazes. Toda essa luta, Kevin Krieger, é uma luta de homens e mulheres, portanto, temos essa possibilidade, com o voto, espero, da Ver.^a Fernanda – não estou aqui causando nenhum constrangimento, só estou dizendo que coincidiu. É um projeto que está para ser votado há várias semanas, era para ter sido votado no dia 8 de março, Ver.^a Mônica, e agora temos a possibilidade – com mais uma mulher aqui, temos mais um voto favorável. Então fico feliz por essa coincidência, esperando que a gente consiga aprovar. O projeto está aberto para emendas, nós não queremos ser os donos da verdade. O projeto é de autoria do nosso mandato, mas está aberto para os vereadores e vereadoras proporem emendas e qualificarem-no. É nesse sentido que faço uma saudação à Ver.^a Fernanda e faço este registro.

Hoje, também é um dia muito importante na história do País. Teremos, nos próximos dias, paralisações dentro das universidades federais, porque, infelizmente, houve a decisão do governo Bolsonaro de cortar as verbas da educação, não só a educação pública federal de nível superior, mas a educação em todos os níveis, inclusive a educação básica. É uma decisão com a qual nós não conseguimos concordar em momento nenhum, em nenhuma instância, em nenhum grau. Sempre se fala que o futuro do País é o futuro da educação, e nós demos acordo a isso, nós sabemos que é investindo na educação que se emancipa, que se contribui para um futuro de um país que não será apenas um quintal dos países desenvolvidos. A educação é, efetivamente, a grande forma de emancipação, de protagonismo de uma civilização. Esse corte – fala-se em 30% –, logicamente, não será aceito de forma pacífica. Há uma paralisação nas

universidades federais prevista para daqui alguns dias. Nós temos isso no governo do Estado e também em nível municipal. Então, esta é uma bandeira, e, diferente do que diz o Presidente do Brasil, não se trata aqui de um viés ideológico dentro das universidades. A universidade é justamente esse espaço de contemplar todos os espectros da sociedade – não é a toa que se chama universidade –, ela tenta abranger o todo de uma sociedade no que há de melhor da sua produção científica, intelectual. Portanto, nós conclamamos todos os vereadores que representam, nos limites da democracia representativa, a cidade e os vários pensamentos políticos da cidade, numa capital como Porto Alegre, uma capital que já foi vanguarda na educação, para subirem nesta tribuna e se posicionarem publicamente ao “não ao corte de investimentos na educação”. Eu poderia falar da saúde, nós entraremos aqui, em seguida, em temas da saúde, talvez seja o primeiro projeto a ser votado, mas eu faço um apelo, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, porque educação é, sim, prioridade, isso não é apenas um discurso, deve ser uma prática. O corte de recursos é uma afronta de frente – com o perdão da redundância! – ao futuro do Brasil. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica, vereadores e vereadoras, público que participa desta sessão; eu queria comunicar – aqui está presente o Djedah, da área da saúde, da assessoria do governo, do Ver. Mauro Pinheiro – que eu, ontem, estive na Procuradoria do Trabalho, reunido com o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho da 4ª região, o Dr. Victor Laitano, com o vice-chefe da Procuradoria do Trabalho, o Sr. Gilson Azevedo, e com a procuradora-chefe substituta, a Dra. Mariana Teixeira. Eu levei aos procuradores e à procuradora denúncias em relação a um processo vergonhoso de terceirização que nós vivemos na saúde de Porto Alegre. Eu sei que há trabalhadores da saúde aqui presentes. Nós teremos aqui, no dia 16, a formação da frente parlamentar para defender o HPS. O governo já está gastando recursos públicos para fazer um projeto de privatização da gestão do HPS que pode terminar como terminou o processo que ocorreu lá em Canoas, com prejuízo e roubalheira de R\$ 40 milhões dos cofres públicos, porque terceirização tem se confirmado como esquema de corrupção.

Nós temos 200 porteiros na rede de saúde. Quando eu estava organizando a frente parlamentar, indo ao HPS, nós percebemos que os porteiros – são 22 porteiros no HPS –, que são funcionários de uma terceirizada da Prefeitura, que agora se chama... É tão escandaloso que as terceirizadas mudam – elas mudam, os funcionários não mudam! As terceirizadas não pagam os salários, eles estão sem receber, não receberam em fevereiro, março e abril – os porteiros do HPS. Eu estava com a Bruna, que é a jornalista que está ali filmando, e ela me disse: “Mas eles seguem trabalhando por quê?” Eles seguem trabalhando, porque ficam na expectativa de que a outra terceirizada que

vai entrar pague os salários. Já teve uma que não pagou, foi substituída por outra que segue sem pagar. A que não pagou, a que prestava o serviço era a tal de ML Correa. Não tem tanta importância o nome, porque se for investigar bem, o nome dessas terceirizadas, na verdade, é outro. Isso aqui é nome fantasia, depois deixam de pagar, às vezes, quando vai ser investigada, essa terceirizada nem existe, já faliu. Mas pode ter certeza que o sujeito que foi proprietário dela não faliu, e ainda embolsou o dinheiro que era o dinheiro que tinha que ir para os salários dos trabalhadores.

Então, nós fomos denunciar isso para os procuradores, denunciar a empresa RS Assessoria em Obras, Prof. Alex. A terceirizada que faz o controle da portaria do HPS é a RS Assessoria em Obras, nós levamos o CNPJ deles para a Procuradoria, e eles vão investigar essa empresa. Mas o que me chama a atenção é o seguinte: quem contrata também tem responsabilidade. A Prefeitura tem responsabilidade por contratar empresas terceirizadas, picaretas, que não pagam os salários sequer dos trabalhadores que estão trabalhando e que estão dando o seu sangue para garantir a segurança, o atendimento no HPS. E aqui nós estamos, no dia de hoje, com a mobilização, isso é uma pauta para a semana que vem, sei que o Carús está envolvido nisso, via COSMAM. É muito importante, nós estamos trabalhando com o Carús, porque tem uma demanda para votação do projeto do IMESF, tem uma demanda que é a isonomia dos técnicos de enfermagem com os demais técnicos, são os que ficam na ponta da saúde, são os que representam o Estado. Então, essa equiparação tem que ser garantida. Eu acho que é muito importante, Mauro Pinheiro, tratar desse assunto para que essa reivindicação seja atendida, assim como sei que tem uma demanda dos enfermeiros para garantir a isonomia também com os odontólogos. Nós estamos num momento onde se tem a oportunidade de votar melhorias no IMESF, e essas melhorias no IMESF devem ter uma correspondência no atendimento à demanda justa para aqueles trabalhadores que garantem o serviço público e o atendimento do povo mais necessitado. Sem eles não tem saúde pública e por isso devem ser escutados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, queria aqui saudar a Ver.^a Fernanda. Seja muito bem-vinda a esta Casa, temos certeza de que a senhora tem muito para ajudar a Câmara de Vereadores, muito para ajudar o povo de Porto Alegre com a sua experiência que, apesar de estar assumindo somente agora na Câmara, já demonstrou a sua experiência e competência política junto do seu partido, junto com a eleição da qual a senhora participou. Temos certeza que, no dia de hoje, quem ganha é a cidade de Porto Alegre com a sua posse aqui na Câmara de Vereadores. Queria usar este período de Comunicação do meu partido para me referir à semana passada, quando vários vereadores... Vários não; um ou dois vereadores subiram a esta tribuna querendo saber onde eu estava. Eu quero

dizer aos vereadores que eu estava doente. Se não estivesse doente, estaria aqui votando contra o aumento do IPTU, porque isso é uma decisão, uma deliberação do meu partido. É uma deliberação partidária, tanto que o Ver. Giovane Byl, que votou contrário à deliberação, votou a favor do aumento do IPTU, na mesma sessão saiu do meu partido, pediu desfiliação, porque é uma política do Solidariedade. Várias vezes não só subi a esta tribuna, mas na Esquina Democrática, em carros de som, em atos junto com entidades empresariais, atos junto com várias instituições que defendem a redução de impostos e dos juros, lá eu estava. Lá eu estava representando o meu partido e representando a central da qual sou presidente no Estado do Rio Grande do Sul. Nós, como já denunciemos duas vezes este ano e, na última, nós já tínhamos pago 80 bilhões de impostos neste País, não suportamos mais isso. Agora os vereadores estão preocupados com onde eu estava. Quero comunicar que era só terem se dirigido aos recursos humanos da Câmara e lá veriam o meu atestado. Eu não estava depondo em nenhuma delegacia, eu não estava sendo intimado pelo Ministério Público, eu não estava correndo para arrumar as minhas coisas; estava cuidando da minha saúde, de um problema de saúde que me incomoda há muito tempo. Mesmo com a bariátrica, eu me acidentei no domingo e voltou o problema. Então, eu quero fazer este comunicado: não estava procurando um outro partido para mudar, achando que a política acabou, que a política encerrou, e que eu tinha que arrumar um outro partido melhor, um partido que fosse diferente dos outros, mas escolhendo o mesmo partido. Estava cuidando da minha saúde, porque tenho convicção de que temos muito a fazer nesta Casa, principalmente não ficar se preocupando com os outros, mas ficar se preocupando consigo próprio, ficar se preocupando com as suas políticas, uma política que nós fazemos voltada para a população de Porto Alegre, uma política que nós fazemos voltada para os trabalhadores, principalmente na área da saúde, na área da segurança pública e da educação. É isso o que nós queremos, é isso o que voltamos a afirmar: que venhamos à realidade quando começarem a chegar os carnês do IPTU. Hoje mesmo, estava em reunião com um vereador de Guaíba, que nem é do meu partido, e lá ele dizia que imóveis que tinham um IPTU em torno de R\$ 1 mil, hoje estão com o valor de R\$ 12 mil – em Guaíba, uma cidade aqui do lado. Nós fizemos a correção, não somente a atualização da planta. É como comprar um automóvel, quem tem um carro popular pagará uns R\$ 800,00 de IPVA; quem tem um carro maior pagará em torno de R\$ 2 mil; outro carro bem maior terá um valor de R\$ 4 mil – e assim serão os imóveis em Porto Alegre. Não se iludam os que moram na Lomba do Pinheiro, na Restinga, no Rubem Berta, na Pitinga, em Ipanema ou no Lami, porque o valor do IPTU será pelo tamanho do imóvel. Então, grande parte da população terá aumento de impostos. Volto a afirmar que a redução dos impostos é uma luta do Solidariedade, é uma luta nacional do nosso partido, tanto que no dia da votação o vereador deixou a nossa legenda, indo para outra legenda, para votar a favor do projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; público que está nos assistindo nas galerias; municipais da área da saúde; telespectadores da TVCâmara; Presidente Mônica Leal. Boa tarde a todos. Eu venho, em tempo de liderança de oposição, trazer alguns temas à nossa discussão. Um deles com relação ao projeto que está tramitando e, em breve, será votado nesta Casa Legislativa, não sei se hoje, mas muito em breve, que é com relação ao IMESF. O Ver. Roberto Robaina, que me antecedeu na tribuna, colocou um termo que, para mim, é bastante importante – isonomia. No momento em que nós lutamos por igualdade, não apenas igualdade salarial, mas também de valorização pessoal e valorização profissional, o que temos como pano de fundo é justamente o sentido da valorização daquela pessoa que está ali, prestando o atendimento e o serviço à população de Porto Alegre. A questão salarial, obviamente, é muito importante, principalmente em tempos em que nós temos, em Porto Alegre, servidores que não recebem sequer a reposição da inflação aos seus salários. A questão salarial, obviamente, tem que ser mencionada, não podemos fugir disso, porque, em 2017, início do governo Nelson Marchezan Júnior, nós tivemos o aumento da alíquota de contribuição do Previmpa de 11% para 14%. Todos os servidores desta cidade estão fazendo essa contribuição. Em tempos de crise, nós precisamos falar, sim, sobre vencimentos, obviamente. Sou professor há 19 anos e durante muito tempo trabalhei em cursos pré-vestibulares, em escolas particulares desta cidade, e a isonomia salarial é uma das pautas que sempre foi reivindicação do sindicato ao qual eu pertencia e continuo pertencendo, o Sinpro. Nós tínhamos uma prática muito terrível entre os colegas, que era a questão da diferença salarial entre profissionais. Em algumas áreas do conhecimento, os professores, cujo mercado era mais carente – física, geografia –, eram atraídos por escolas e por cursos pré-vestibulares com uma proposta salarial maior. Isso gerava um clima terrível entre os colegas, portanto o sindicato lutou por isonomia não para rebaixar o salário desses, mas para que todos pudéssemos ter uma percepção de vencimentos justa, igualitária. Portanto, lutar e reivindicar isonomia entre as categorias de técnicos não é um absurdo, é justiça. Nós, os partidos de oposição, PT e PSOL, somos muito favoráveis e apoiamos essa iniciativa, porque achamos que ela é justa, é correta.

Com relação ao que debatemos nos últimos dias, na cidade de Porto Alegre, na segunda-feira, durante a sessão, o Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo nesta Casa Legislativa, trouxe alguns dados justificando por que concessões eram boas. Mas as concessões, na nossa visão, não são boas. Eu fui fazer algumas pesquisas, já que o Ver. Mauro Pinheiro também tinha feito pesquisas e usou Paris como exemplo. Ver. Mauro Pinheiro, Paris não buscou reestatizar os serviços de água porque queria, é porque a prestadora de serviços que estava há muitos anos oferecendo o serviço prestava um serviço de baixa qualidade e de preço elevado para a população. E aí a cidade de Paris decidiu retomar esses serviços que não estavam sendo prestados com a devida atenção que merecia a população daquela cidade. Eu trouxe mais alguns dados para incrementar

o assunto: na Espanha, em 2011, o custo médio, por habitante, da manutenção das redes de água era 21,7% mais caro – o prestado pela iniciativa privada – do que pelas empresas estatais; 21,7% mais cara a oferta de água tratada para a população espanhola nos municípios onde havia sido feita a concessão dos serviços de água e esgoto do que nas cidades em que havia sido mantida sob a tutela da cidade, da municipalidade. Por isso, 27 cidades espanholas começaram um processo de retomada das concessões, que se aprofundou até o ano de 2017. Esses foram os dados que nós buscamos da Espanha.

No Reino Unido, vou citar o exemplo do metrô, já que falamos também de transportes, as concessionárias privadas operam as viagens, porém as viagens custam 30% mais do que em outros países europeus, cuja iniciativa estatal oferece o serviço. Portanto, não estamos discutindo qualidade e preço baixo, estamos discutindo, sim, a concessão de serviços públicos por uma baixa qualidade e a um preço majorado. A nossa população não merece isso, e continuaremos lutando pela oferta de água e esgoto na mão do nosso querido DMAE, tão necessário para a oferta de um bom serviço para a população.

Muito obrigado, Ver.^a Mônica Leal, um abraço a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença dos vereadores Ornel e Sizenando, da cidade de Pelotas. Sejam muito bem-vindos à Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; vereadores e vereadoras; público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara; primeiro, quero fazer uma saudação especial aos servidores do IMESF que aqui estão, aos sindicatos aqui presentes, e dizer que nós temos um projeto do governo para regulamentação do IMESF, de algumas coisas que, realmente, precisam ser resolvidas. Uma delas é a questão do salário. Existe uma GID que foi construída e que hoje, através desse projeto, quer se incorporar aos salários de todos os servidores do IMESF.

(Manifestação nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Precisa ser uma lei para que seja incorporada, para que seja regularizada. Então, é disso que trata esse projeto de lei. Recebi do Ver. André Carús, presidente da Comissão de Saúde, que os servidores estão fazendo uma série de outras reivindicações, e nós queremos, sim, tratar com vocês, mas não dentro deste projeto de lei. Inclusive o secretário de saúde...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, por favor, eu solicito que se mantenham em silêncio para que o vereador que está na tribuna possa finalizar a sua manifestação.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): O sindicato poderia estar lá em São Leopoldo contestando o prefeito Ary Vanazzi, que está fechando leitos. Mas o sindicato é petista e não vai fazer nada. Os sindicatos não querem fazer oposição, Ver. Cassiá Carpes, ao PT, só fazem oposição a outros partidos. Ver. Idenir Cecchim, lá podem fechar leitos, não precisa atender à população, os sindicatos de saúde de lá não se preocupam, lá eles culpam o governador, que está cumprindo o que o governador Tarso Genro instituiu em 2013.

Mas, voltando a Porto Alegre, ao IMESF, sobre a série de reivindicações que estão fazendo, podemos tratar em outro momento, não dentro deste projeto de lei. Nós não vamos tratar de outras matérias dentro deste projeto de lei. Se vocês quiserem, estamos à disposição.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): O senhor pode pedir o que quiser, isonomia, o que quiser, e nós vamos tratar, mas não dentro de um projeto de lei que trata de outra matéria. O senhor pode me escutar ou quer se inscrever para falar?

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Então o senhor concorre a vereador, faz os votos, se elege, depois vem discutir. O senhor tem que ter respeito quando tem um vereador na tribuna. O senhor tem que respeitar os vereadores, o senhor tem que respeitar um vereador na tribuna.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Mauro Pinheiro, vou pausar seu tempo. Senhores e senhoras, por favor, eu gostaria que entendessem que fica impossível escutar uma pessoa falar com outras tantas fazendo manifestações. Tenho certeza de que nós todos temos algo em comum, que é a educação, mesmo que diverjamos em várias pautas. Então, por favor, vamos deixar o Ver. Mauro Pinheiro concluir a sua manifestação; logo após, os senhores façam a sua manifestação. Muito obrigada pela compreensão.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Vou falar para os vereadores que têm interesse na matéria. Temos um projeto de lei do Executivo que quer regulamentar o valor que está sendo recebido pelos servidores do IMESF – queremos incorporar ao salário. Agora, aqui, o sindicato faz uma série de reivindicações que não condizem com a pauta, mas, mesmo assim, o Ver. André Carús, que é o presidente da COSMAM, pediu para que não votássemos o projeto antes de atender aos

servidores do IMESF. Nós assim o fizemos. Os vereadores esperaram, fizeram uma reunião, pediram uma reunião com o secretário municipal Pablo, marcada para hoje, para atender aos servidores do IMESF. O secretário não veio em virtude de os servidores do IMESF estarem faltando em diversos postos de saúde, inclusive no Modelo temos falta de oito servidores...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, por favor, respeitem a pessoa que se encontra na tribuna. Eu estou pausando o seu tempo, Ver. Mauro Pinheiro. Após a manifestação do vereador, os senhores façam as suas manifestações. Obrigada.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Então, por esse motivo, o secretário Pablo não veio até a Câmara de Vereadores, mas nós estamos fazendo aqui a nossa proposta para os vereadores. Nós queremos dialogar com os vereadores. Assim que nós votarmos o projeto do IMESF, que nós queremos votar como veio do Executivo, discutindo com as emendas do Ver. Oliboni, que já discutiu conosco, não com essas reivindicações que não são relativas a essa matéria, nós estamos nos colocando à disposição dos servidores para conversar sobre a matéria, depois de votado o projeto...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Em 2020 terá eleições, o senhor se candidate, se eleja vereador e venha discutir na tribuna, enquanto isso, o senhor escute e aplauda.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Tu não me elegeste! Os teus vereadores não sou eu; eu não fui eleito por ti, não fui eleito pelo PT, fui eleito pela Rede Sustentabilidade, então, o senhor se ponha no seu lugar, senão vou pedir para a Guarda retirá-lo. Ou o senhor se comporte nas galerias, ou pedirei que a Guarda o retire do plenário.

Depois da votação do projeto do IMESF, coloco-me à disposição para que vocês, o próprio sindicato nos procure para que a gente possa tratar de outras matérias. Nós não vamos incluir matérias diferentes ao projeto, até porque não condiz com o projeto que está sendo apresentado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo processo SEI nº 152.00033/2019-15, de autoria da Ver.^a Karen Santos, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento “Plenária Regional em Defesa da Previdência Pública, na Câmara Municipal de Osório, no município de Osório, no dia 09 de maio de 2019. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito vereadores presentes. Não há quórum.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1326/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 149/18, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que determina a publicização de informações, pelos estabelecimentos prestadores de serviços do sistema de transporte coletivo interestadual que atuam no Município de Porto Alegre, sobre os direitos da reserva de vagas gratuitas ou da aquisição de passagem com desconto para idosos conferido pela Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e pelo Decreto Federal nº 5.934, de 18 de outubro de 2006.

PROC. Nº 0116/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/19, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Eduardo Estima.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1396/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 183/18, de autoria da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, que estabelece as normas de instalação e de funcionamento de circos itinerantes no Município de Porto Alegre e dá outras providências.

PROC. Nº 0083/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 044/19, de autoria do Ver. Paulo Brum, que inclui a efeméride Dia Mundial das Doenças Raras no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 28 de fevereiro.

PROC. Nº 2148/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 037/17, de autoria do Ver.^a Mônica Leal, que institui o Código Ambiental do

Município de Porto Alegre (CAM) e revoga as Leis nºs 8.267, de 29 de dezembro de 1998, 8.279, de 20 de janeiro de 1999, 8.896, de 26 de abril de 2002, e as Leis Complementares nºs 369, de 29 de janeiro de 1996, 755, de 30 de dezembro de 2014, 757, de 14 de janeiro de 2015, e 760, de 30 de março de 2015.

PROC. Nº 0042/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 026/19, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que inclui o evento Feira de Economia Solidária do Dia das Mães no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana anterior ao segundo domingo do mês de maio e inclui inc. IV no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.213, de 6 de fevereiro de 2012, e alterações posteriores, incluindo a Feira de Economia Solidária do Dia das Mães no rol de exceções à vedação de realização de feiras no Largo Jornalista Glênio Peres.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h07min.)

* * * * *